



***Seminário “Políticas de Apoio à Gestão  
Florestal e aos Serviços de Ecossistema”***

*Ocupação sustentável do território agroflorestal e  
rural nacional: contributos para a PAC 2021-2027*

*Rui Monteiro  
Carlos Duarte*

***Ponte de Lima, 25 de novembro de 2020***



*“Se acaso as coisas forem coisas em si mesmas sem precisarem de ser coisas percebidas, para quem serão belas essas coisas? E belas para quê?”*

**António Gedeão, in Poema das Coisas Belas**

*“[...] Nas últimas quatro décadas, acabou, no entanto, por se desmoronar muito do que restava dos elementos que suportavam a herança tradicional do rural. [...] . A agricultura já não unifica a sociedade rural com todo o território não urbano. Emerge uma questão do espaço autonomizada da agricultura que também já não assegura a vitalidade da sociedade rural”.*

**Oliveira Baptista, Declínio de um tempo longo, in Voo do Arado**

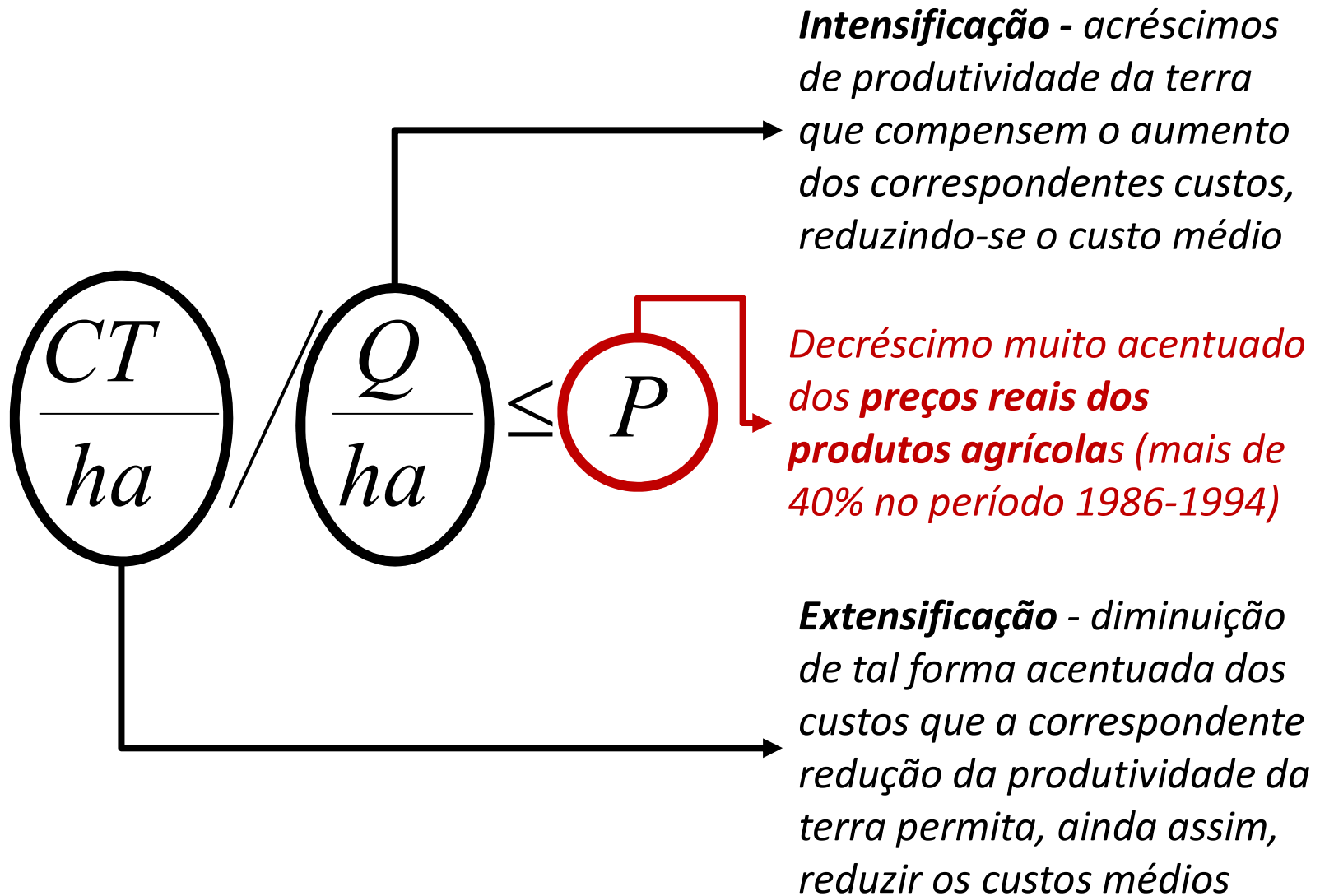
# 1. A PAC como processo histórico

- *Nos anos sessenta, a PAC começa por se caracterizar por elevados níveis de suporte de preços de mercado, **crescendo os apoios aos agricultores proporcionalmente à produção;***
- *Em 1992, a Reforma da PAC altera radicalmente o tipo de apoios aos agricultores: **reduzem-se os preços e compensa-se com ajudas diretas pagas em função do histórico de produtividades, de áreas semeadas e de efetivos pecuários;***
- *De então para cá, as sucessivas reformas **não alteram esta relação entre a dimensão dos apoios e o histórico de produção;***
- *As principais alterações resultam do **desligamento dos apoios da obrigação de produzir e de se tratar de uma política cujos custos passam a ter expressão evidente no orçamento comunitário;***
- ***82% do montante dos pagamentos diretos destina-se a 20% dos agricultores;***

## 2. Adesão de Portugal à CEE (e à PAC)

- *Em 1986, Portugal aderiu à CEE e agricultura nacional representava cerca de 5% do PIB e de 19% do emprego (média comunitária respetivamente de 3% e 7%);*
- *“A nossa convicção e dos nossos amigos da DG VI era que a agricultura portuguesa iria sofrer um embate monumental, não estando preparada para a concorrência comunitária” (Santos Varela, negociador do dossier da agricultura);*
- *Redução acentuada dos preços agrícolas por via do seu alinhamento com os preços das OCM e do processo de convergência nominal para adesão ao SME e, depois, ao EURO;*
- *A assimetria na distribuição dos apoios em Portugal (87%/20%) é mais elevada do que a média, só ultrapassada pela da Eslováquia e da República Checa e a distância considerável da de países fundadores da CEE (França, Holanda ou Bélgica).*

### 3. Adesão à CEE (e PAC) e alteração do uso do solo



## 4. Consequências sectoriais da alteração do uso do solo

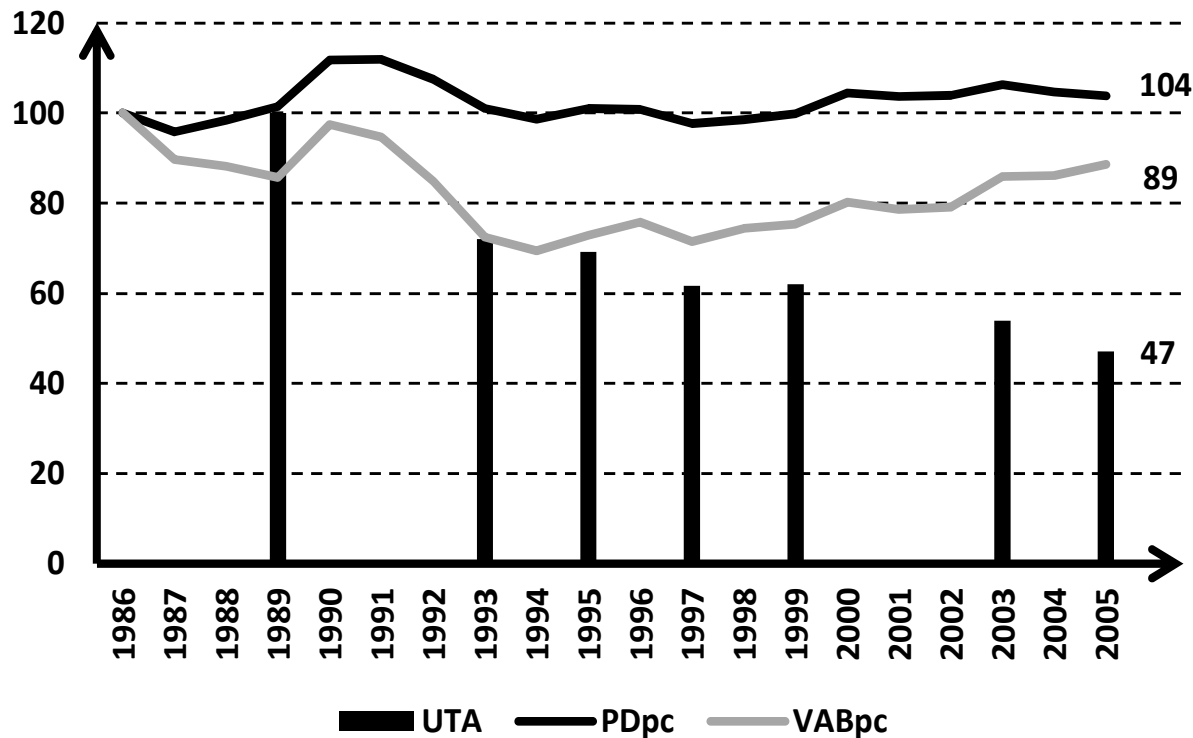


Figura nº 1 – Evolução da Produção, do Valor Acrescentado Bruto e das Unidades de Trabalho Anual no Ramo Agrícola (1985-86-87=100)

Fonte: INE e cálculos próprios

*“A preços constantes, em volume, vimos o valor acrescentado praticamente sempre a decrescer, com tendência sempre, sempre negativa. Em termos de contas é fácil dizer que resulta de ter diminuído muito a superfície agrícola cultivada. [...] Houve uma extensificação exagerada e, por outro lado, uma intensificação que teve uma base pouco eficiente do ponto de vista do uso dos fatores”*  
Francisco Avillez, Jornal de Negócios

# 5. Consequências territoriais da alteração do uso do solo

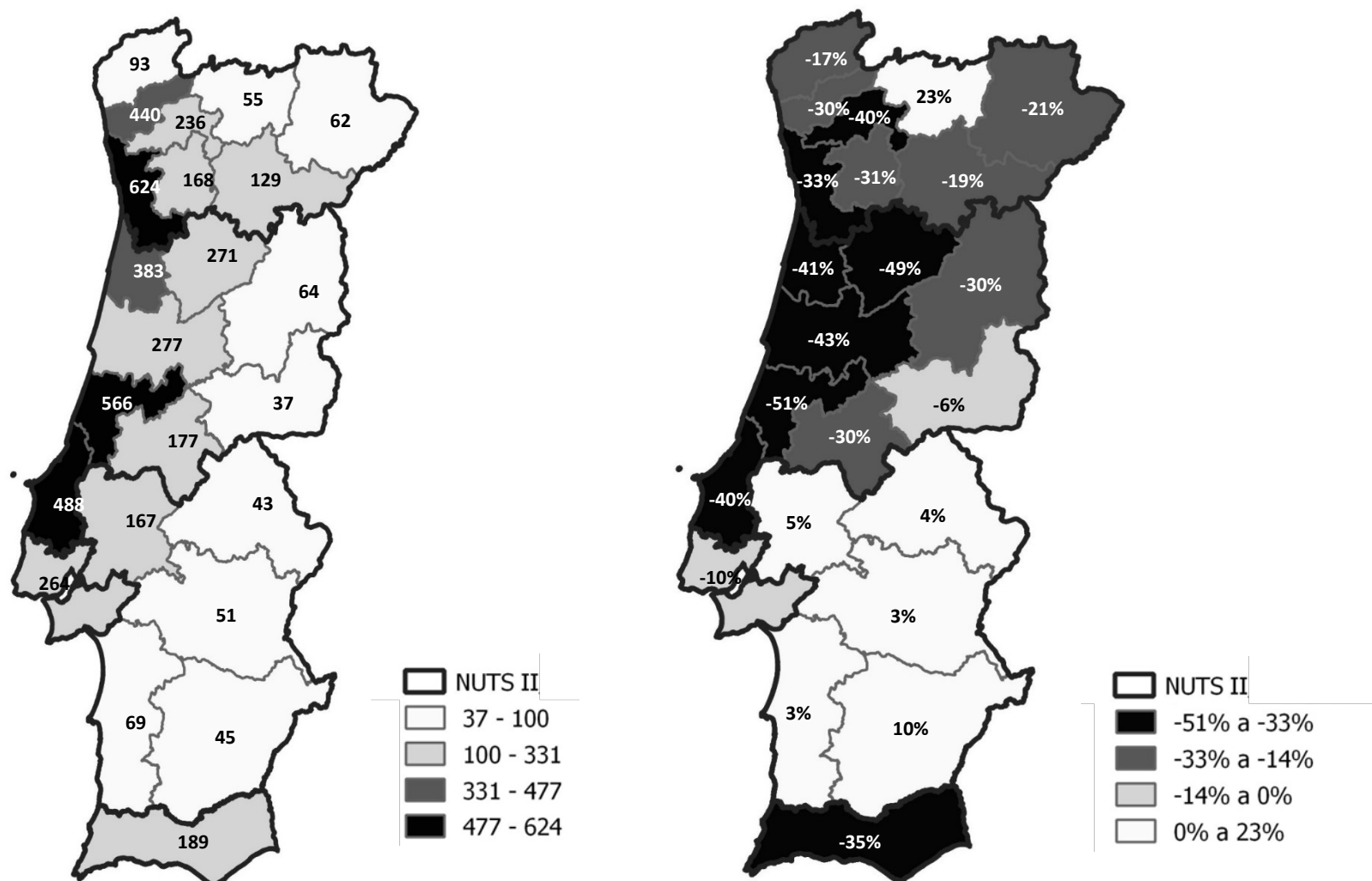


Figura nº 2– Relação entre o VPP e a SAU (2017) (Continente=100) e variação da SAU entre 1989-2009

Fonte: Cordovil, F. , J. Cabral & Cordovil, F., Estimativas do VPP, e SAU por regiões NUTS III e Recenseamentos Agrícolas de 1989 a 2009

## 6. Distribuição dos apoios da PAC em Portugal

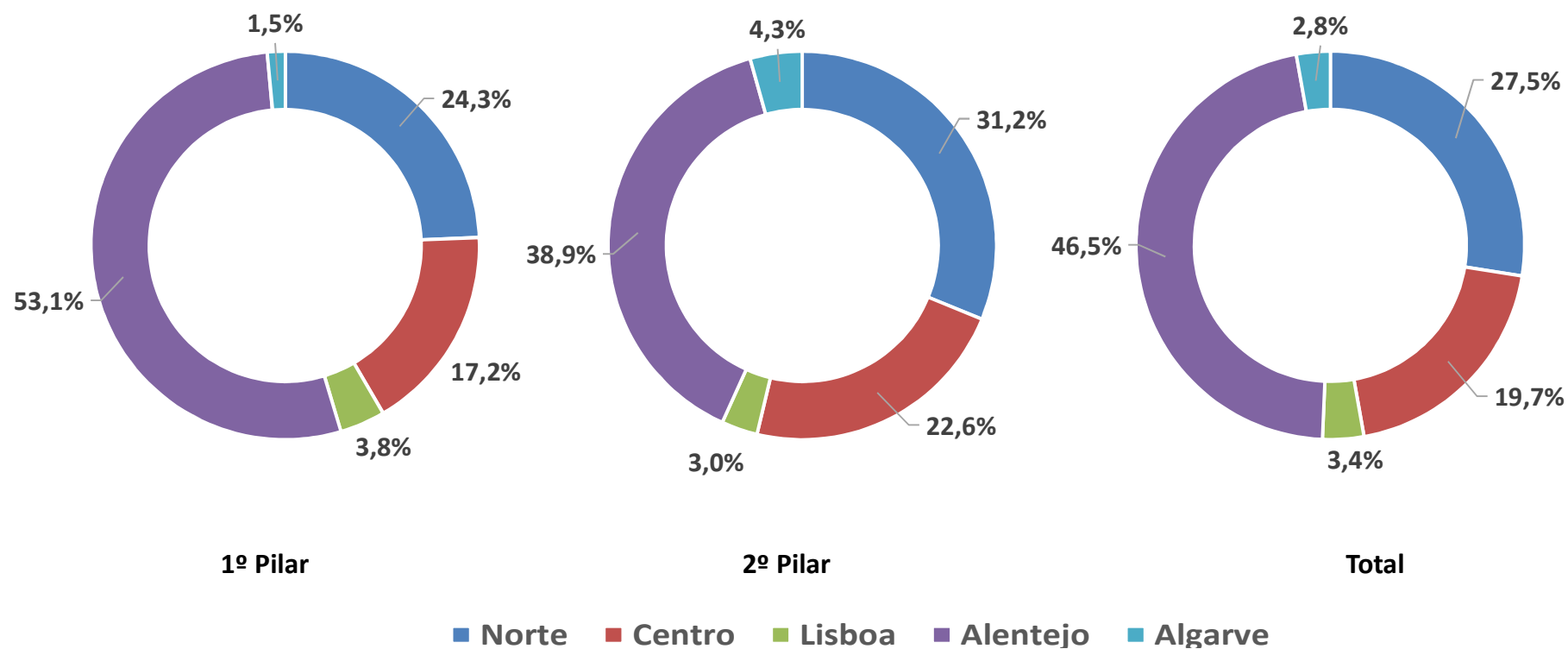
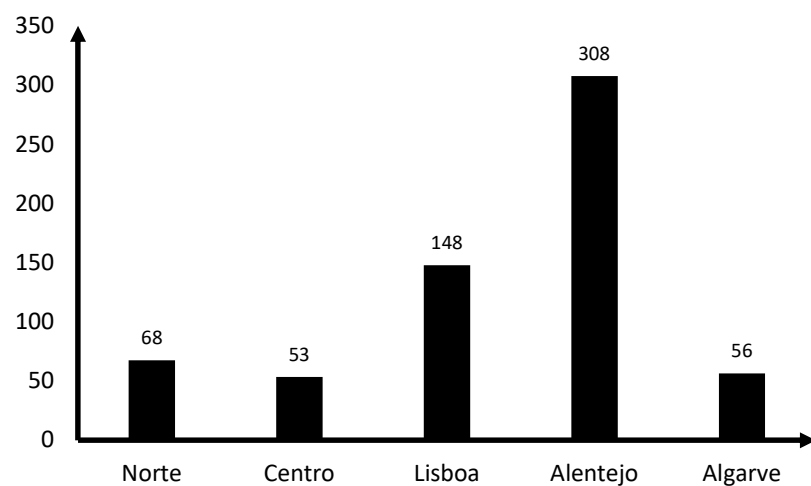


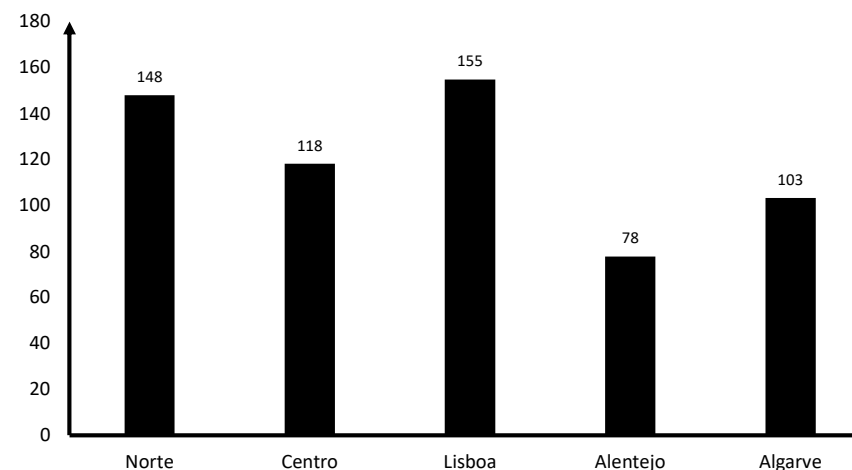
Figura nº 3 – Despesa pública por região NUTS II  
Fonte: Francisco Cordovil (2019) e cálculos próprios



## 6. Distribuição dos apoios da PAC em Portugal



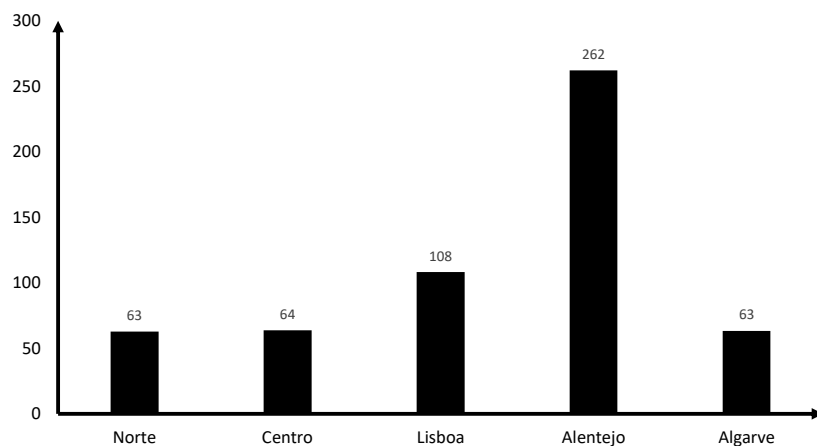
**Nº de explorações**



**SAU**

**Figura nº 4 – Despesa pública por Nº de explorações e SAU e por região NUTS II (Continente=100)**

Fonte: Francisco Cordovil (2019), Inquérito às Explorações Agrícolas (2017) e cálculos próprios



**Figura nº 5 – Despesa pública por UTA por região NUTS II (Continente=100)**

Fonte: Francisco Cordovil (2019), Inquérito às Explorações Agrícolas (2017) e cálculos próprios

# 7. Efeitos territoriais dos apoios diretos do 1º pilar da PAC

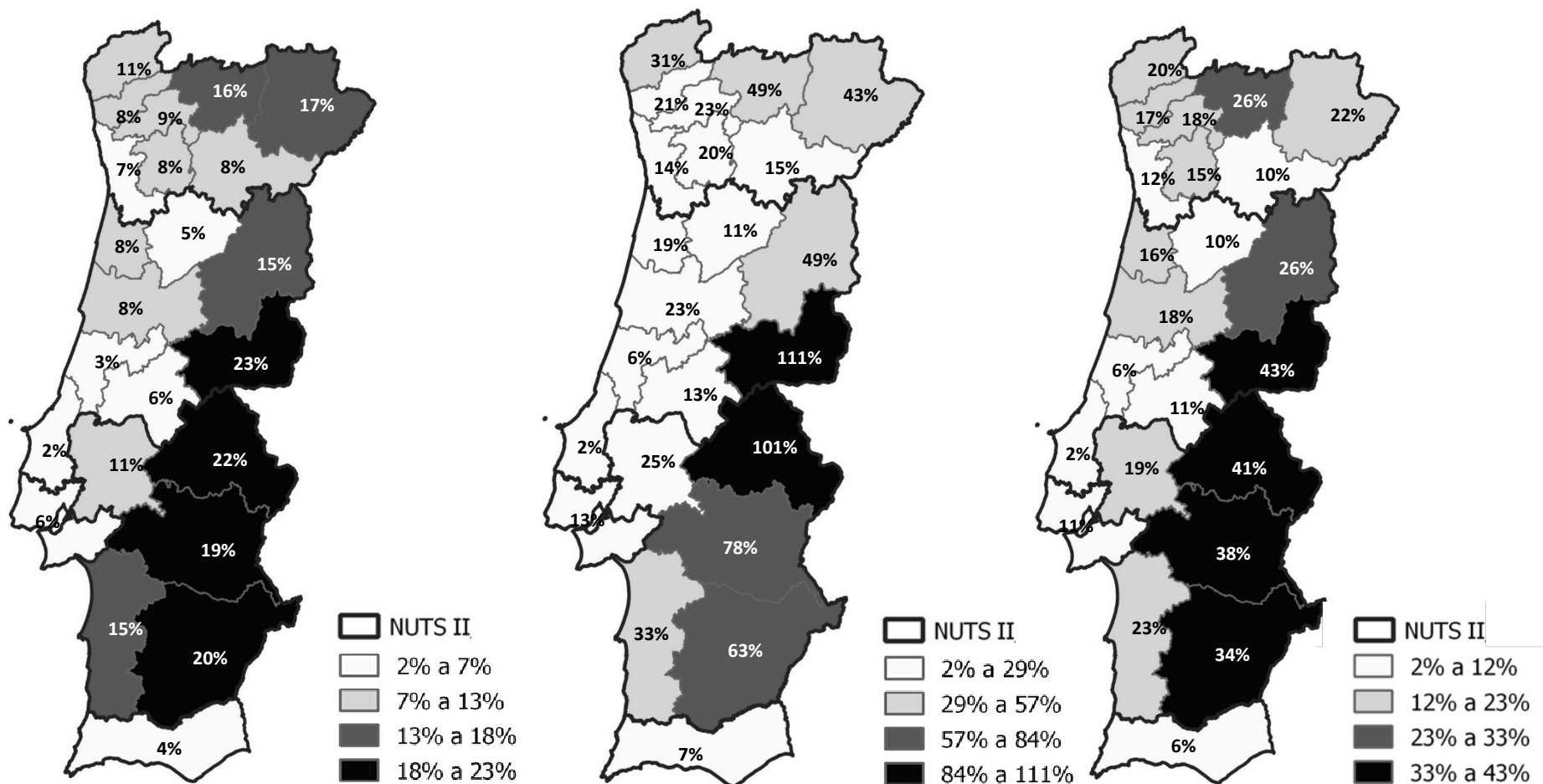


Figura nº 6 – Equivalente de Subvenção à Produção, acréscimo e proporção dos dos pagamentos diretos do 1º pilar

Fonte: Cordovil, F., Estimativas da despesa pública no limiar 2020; Rolo, J. Cabral & Cordovil, F., Estimativas do VPP, VABpp e VABcf por regiões NUTS III

# 8. Efeitos territoriais dos apoios diretos do 1º e 2º pilares

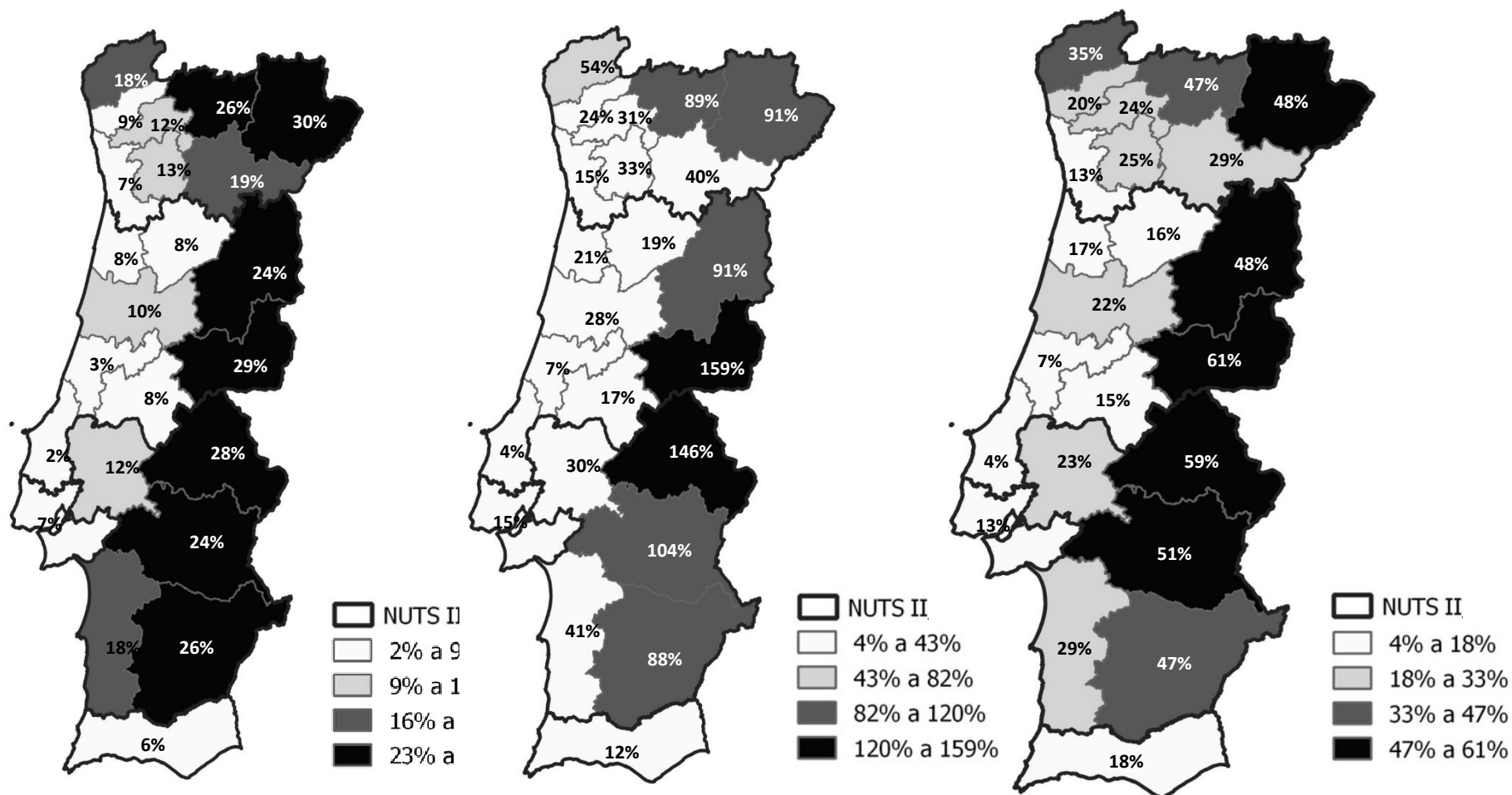


Figura nº 7 – Equivalente de Subvenção à Produção, acréscimo e proporção dos pagamentos diretos do 1 e 2º pilares

Fonte: Cordovil, F., Estimativas da despesa pública no limiar 2020; Rolo, J. Cabral & Cordovil, F., Estimativas do VPP, VABpp e VABcf por regiões NUTS III

## 9. A PAC e o período de programação 2021-2027

- ***Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, de 29 de novembro de 2017, com o título “O futuro da alimentação e da agricultura”;***
- ***Proposta profundamente marcada pelas restrições orçamentais resultantes, nomeadamente da saída do Reino Unido da União Europeia;***
- ***Degressividade dos apoios em função da dimensão das explorações agrícolas e convergência nacional;***
- ***Necessidade de os Estados-Membros procederem à programação da PAC, quer para o 1º, quer para o 2º Pilar, alargando-se o âmbito dos atuais PDR, através da elaboração de Planos Estratégicos da PAC (PEPAC).***

## 10. Conclusões como contributos para o PEPAC

- ***Revisitar o parcelário para que possam ser contempladas as áreas efetivamente cultivadas e produtores, independentemente da dimensão, das atividades ou de apoios anteriores;***
- ***Os regimes ecológicos pressupõem a produção de bens públicos e de externalidades positivas ou a redução de externalidades negativas com custos não nulos;***
- ***Os bens públicos e externalidades devem ser pagos em função do custo médio de os produzir em cada exploração e não de forma homogénea, devendo reduzir-se por área e número de apoios;***
- ***Não se compreende que os territórios classificados não disponham de regimes ecológicos mais generosos, não se confinando aos pagamentos a título de Rede Natura.***
- ***Sem a agricultura no litoral aumentará o abandono ou a expansão urbana, com maior desordenamento e problemas ambientais;***

## 10. Conclusões como contributos para o PEPAC

- *No caso da pecuária de leite e da AMP a situação é crítica, sendo necessário **aumentar a capacidade de armazenamento de efluentes e promover a separação e a recolha da fração sólida do chorume para posterior compostagem;***
- *A **área irrigável do Continente reduziu-se em cerca de 39%** no período 1989-2009, constituindo o Alentejo a única exceção, constituindo **risco agravado em contexto de alterações climáticas;***
- *É necessário:*
  - recriar e apoiar práticas agrícolas do passado de retenção da água, através de pequenos aproveitamentos e projetos ao nível de cada exploração agrícola;***
  - gestão mais eficiente da água, envolvendo maior capacitação e profissionalização das associações de beneficiários e juntas de agricultores;***

## Dizer tudo de uma vez

*É preciso pensar do princípio, pensar de novo, para promover a **gestão ativa** do território agroflorestal e rural nacional para a sua ocupação sustentável*

*Para quem não percebeu, porque não nos explicámos bem ou não pretende perceber, deve ler o belíssimo texto de Francisco Cordovil no Jornal “Público”, com o título: **“Alegoria – Portugal e as quatro agriculturas”**.*

*Encontra-se à distância de um clique:*

<https://www.publico.pt/2020/10/22/opiniao/opiniao/alegoria-portugal-quatro-agriculturas-1936148>



***Seminário “Políticas de Apoio à Gestão Florestal e aos Serviços de Ecossistema”***

*Ocupação sustentável do território agroflorestal e rural nacional: contributos para a PAC 2021-2027*

*Rui Monteiro  
Carlos Duarte*

*Ponte de Lima, 25 de novembro de 2020*

